



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 23 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proc. N.º MB - 07/2018: “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor” – Lote 2 - Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos; -----

2. Proc. N.º MA - 16/2018: “Incubadora de Valorização dos Recursos Endógenos” – Adjudicação da Empreitada de Obras Públicas e Aprovação de Minuta de Contrato; -----

3. Proc. N.º MC - 08/2018: “Beneficiação da Barragem da Baságueda” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Obras Públicas;

4. Adjudicação – Procedimento de Aquisição de Serviços para a Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos na Área do Município de Penamacor; -----

5. Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Penamacor e a Associação Bandeira Azul da Europa; -----

6. Proposta de Adesão ao Processo de Certificação Florestal; -----

7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 21 de novembro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**A Sr.<sup>a</sup> vereadora Sandra Vicente** disse que na sequência da reunião de direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor e das declarações do Presidente da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, concordando com um comando operacional por cada Comunidade Intermunicipal. Gostaria de saber a opinião do Senhor Presidente da Câmara, enquanto responsável máximo da proteção civil do concelho, se concorda com a posição do Presidente da CIMBB ou se é uma questão a ser discutida. -----

**O Sr. Presidente António Soares** no respeitante à questão colocada pela senhora vereadora, Sandra Vicente, referiu que ainda não houve nenhuma deliberação no Conselho Executivo da CIMBB, logo que haja, informará os senhores vereadores. -----

Convidou os senhores vereadores para a inauguração do evento “Vila Madeiro” a ter lugar no dia 7 de dezembro pelas 15h. Realçou que o evento “Vila Madeiro” a realizar de 7 a 25 de dezembro, contará com um programa variado, salientando a vertente ambiental. -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **1 – PROC. N.º MB - 07/2018: “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR” – LOTE 2 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE EQUIPAMENTO, PLANO DE MÃO DE OBRA E PLANO DE PAGAMENTOS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Cronograma Financeiro, uma vez que a empreitada foi adjudicada por um valor contratual superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente informação, de 21 de novembro de 2018, Plano de Trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos e Plano de Pagamentos. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos, apresentado pela sociedade António Lourenço, Lda. referente à empreitada “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor” – Lote 2. -----

2 - Autorização para notificar o adjudicatário da aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos. -----

3 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **2 - PROC. N.º MA - 16/2018: “INCUBADORA DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS” – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. -----**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, a decisão de contratar mediante a escolha de uma das propostas apresentadas, cabendo ainda ao mesmo órgão aprovar a minuta do contrato conforme o artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar, relatório final e a minuta de contrato; -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----

2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Incubadora de Valorização dos Recursos Endógenos”, à sociedade António José Cruchinho & Filhos, Lda. pelo preço contratual de € 264 728,99 + IVA. -----

3 – A aprovação a minuta do contrato de empreitada, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária nos termos do n.º 1 do artigo 100.º do mesmo diploma. -----

4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**3 - PROC. N.º MC – 08/2018: “BENEFICIAÇÃO DA BARRAGEM DA BASÁGUEDA” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho e em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dar cumprimento ao disposto no artigo 12.º do Decreto – Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, ou seja aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra em epígrafe. - Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte integrante, nomeadamente parecer sobre análise do PSS Desenvolvido para a execução da obra em epígrafe. -----

PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação do Plano de Segurança e Saúde desenvolvido pela firma António José Cruchinho & Filhos, Lda.; -----

2 – A autorização para notificar o adjudicatário por escrito da aprovação do Plano de Segurança e Saúde desenvolvido da obra “Beneficiação da Barragem da Baságueda”; -----

- Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **4 - ADJUDICAÇÃO – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo sido aberto por deliberação do dia 7 de novembro de 2018 o procedimento de concurso público para a “Recolha e transporte de Resíduos Urbanos na área do Município de Penamacor” (Proc. GF-01/2018), o júri designado para o procedimento procedeu à análise e avaliação das propostas, realizou audiência prévia e remeteu o relatório final e restante documentação.



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Propõe então o júri a adjudicação à sociedade LUREC, Limpeza Urbana e Reciclagem, S.A., pelo preço de €186 000. -----

Considerando que nos termos do Artigo 73º do Código dos Contratos Públicos, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão de adjudicação mediante escolha de uma das propostas apresentadas, cabendo ao mesmo órgão aprovar a minuta do contrato conforme o Artigo 98º do mesmo diploma, e que essa entidade no presente procedimento é a Câmara Municipal.

Assim, proponho que seja deliberado: -----

**1-** Ao abrigo da competência atribuída pela alínea b) do n.º 1 do Artigo 18º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 1 do Artigo 73º do CCP atualizado, adjudicar a execução dos serviços à proposta apresentada pela sociedade LUREC, Limpeza Urbana e Reciclagem, S.A., pelo preço total de €186 000, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, devendo ser notificados os concorrentes nos termos do n.º 1 do Artigo 77º do CCP atualizado; -----

**2-** Aprovar a minuta do contrato de aquisição de serviços que se anexa à presente proposta, nos termos do n.º 1 do artigo 98º do CCP atualizado, com vista à notificação da sociedade adjudicatária nos termos do n.º 1 do Artigo 100º do mesmo diploma. -----

Em consequência, será notificada a sociedade adjudicatária para efeitos do previsto nos Artigos 101º e 102º do CCP atualizado, para apresentar no prazo de 10 dias os documentos de habilitação previstos no Artigo 81º do mesmo diploma. -----

Mais se propõe que, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do Artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada em minuta a presente deliberação para que seja desde logo eficaz”. -----

-

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## **5 – PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR E A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA. -----**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Eco-Escolas é um programa internacional da “Foundation for Environmental Education”, desenvolvido em Portugal desde 1996 pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. Este programa Pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. -----

-

O Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches manifestou interesse em continuar a participar ativamente no Programa Eco-Escolas. Para a concretização dessa intenção, é necessário que o Município manifeste interesse em colaborar com a escola e estabeleça com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, um protocolo para enquadramento de parceria, agora para o ano letivo de 2018-2019. -----

Assim, tendo em conta o compromisso de colaboração com a ABAE no sentido da implementação e desenvolvimento no concelho do Programa Eco-Escolas, e tendo em conta as atribuições dos municípios em matéria de educação mencionadas na alínea d) do nº 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de natureza educativa ou outras de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma, autorize o Município a estabelecer e formalizar com a ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa uma Parceria para o ano letivo de 2018-2019 cujos termos e condições constam do documento que se anexa e para todos os efeitos se dá por reproduzido. -----

Mais proponho que, por força do estabelecimento da Parceria referida, seja deliberado autorizar o pagamento de € 70,00 correspondente ao pagamento do valor da inscrição do Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches no Programa Eco-Escolas. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **6 – PROPOSTA DE ADESÃO AO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

A certificação florestal é um sistema de desenvolvimento rural e um instrumento para a internalização dos benefícios ambientais, que acrescenta valor aos produtos provenientes das áreas certificadas, -----

O Município de Penamacor pode e deve ser um exemplo das boas práticas ambientais e de gestão do território, designadamente o florestal. -----

-

Nada impede e antes aconselha a que o Município possa ser aderente da ACF-Beira Baixa, na qualidade de proprietário florestal no que concerne ao seu domínio privado, -----

O nº 1 do art. 23º da Lei 75/2013 estatui constituir atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com as freguesias. -----

Nos termos da alínea K) do nº 2 do art.º 25º da referida lei compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem as atribuições do município. -----

Assim proponho que: -----

A) A Câmara Municipal delibere aprovar a adesão do Município à ACF da Beira Baixa – Associação para a Certificação Florestal da Beira Baixa “que visa



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

a implementação da norma portuguesa que regula os sistemas de certificação florestal"; -----

B) Que a deliberação tomada pela Câmara Municipal seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### 7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.531.061,36 euro e uma despesa também acumulada de 6.539.922,15 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e cinquenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_